

STJ00115327 - V. 1

VOLUME 1

SÉRGIO REBOUÇAS

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

ATUALIZADO DE ACORDO COM:

- LEI 13.964/2019 - "LEI ANTICRIME"
- LEI 13.869/2019 - CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE
- LEI 14.155/2021 - COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO ESTELIONATO
- LEI 14.245/2021 - "LEI MARIANA FERRER"
- LEI 14.188/2021, LEI 13.984/2020 E LEI 13.827/2019 - NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115/2022 - DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS
- JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ ATÉ MARÇO DE 2022



editora
D'PLÁCIDO

2ª EDIÇÃO,
REVISTA,
AMPLIADA E
ATUALIZADA



Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues

Diagramação
Enzo Zaqueu Prates

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora.

Copyright © 2022, Sérgio Rebouças.

São Paulo
Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista –
São Paulo – SP, CEP 01311-940

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 32612801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Rebouças, Sérgio
J96 Curso de direito processual penal, volume 1 / Sérgio Rebouças. - 2. ed. rev.
ampl. atual. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
970p.

ISBN 978-65-5589-562-9

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.43

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza (RB-6/2472)

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	21	SEÇÃO I	
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	23	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E LEIS DE REFORMA	47
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	25	1. Histórico	47
1. FUNDAMENTOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	27	2. Código de Processo Penal (Decreto-lei n° 3.689/1941)	49
SEÇÃO I		SEÇÃO II	
COMPREENSÃO SISTÊMICA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	27	ORDEM CONSTITUCIONAL CONSTITUIÇÃO DE 1988	51
1. Conceito e objeto	27	1. O paradigma garantista consagrado na ordem jurídica brasileira	51
2. O Direito Processual Penal como parte do Sistema Penal	28	2. As garantias constitucionais do processo penal brasileiro próprias do modelo acusatório	54
2.1. O sistema e a relação jurídica processual penal	28	SEÇÃO III	
2.2. O processo penal como procedimento e como relação jurídica	31	ORDEM INTERNACIONAL INCORPORADA AO DIREITO BRASILEIRO	56
3. O direito processual penal como ramo do direito processual	33	1. A internacionalização dos direitos humanos	56
SEÇÃO II		2. A perspectiva internacional da Constituição do Brasil	57
SISTEMAS DO PROCESSO PENAL	34	3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o status normativo da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos	60
1. O sistema acusatório e o sistema inquisitório	34	4. As garantias processuais penais próprias do modelo acusatório na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos	64
1.1. Características teóricas e características tradicionais	34	SEÇÃO IV	
1.2. Notícia histórica	38	MODELO DE PROCESSO PENAL ADOTADO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	66
2. O pretense “sistema misto”	40	3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	71
3. Garantismo penal e modelo acusatório: sistema de garantias do processo penal	42		
2. SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	47		

SEÇÃO I	
DEVIDO PROCESSO LEGAL E	
DEVIDO PROCESSO PENAL	72
SEÇÃO II	
CONTRADITÓRIO	74
SEÇÃO III	
AMPLA DEFESA	77
SEÇÃO IV	
SEPARAÇÃO ENTRE JURISDIÇÃO E AÇÃO	82
SEÇÃO V	
JUIZO NATURAL	84
1. Conceito	84
2. Origens	84
3. Dimensões	86
SEÇÃO VI	
PRESUNÇÃO OU ESTADO DE INOCÊNCIA (OU DE	
NÃO CULPABILIDADE)	88
1. Terminologia e breve notícia histórica	88
2. Conteúdo e dimensões	89
2.1. Regra de tratamento	90
2.1.1. Execução antecipada ou provisória	
da pena aplicada em acórdão de tribunal	
de segunda instância, na pendência de	
recurso especial e/ou extraordinário	91
2.1.2. Execução antecipada ou provisória	
da pena igual ou superior a 15 (quinze)	
anos aplicada em sentença do Tribunal do	
Júri (art. 492, caput, I, e, e § 3º, CPP)	95
2.2. Regra de julgamento.	98
SEÇÃO VII	
GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO (NEMO	
TENETUR SE DETEGERE) E DIREITO AO SILÊNCIO	99
TÓPICO ESPECIAL	
GARANTIA CONTRA A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	
E RECUSA A TESTES DE DETECÇÃO ALCOÓLICA:	
DIREITO BRASILEIRO E DIREITO COMPARADO	105
SEÇÃO VIII	
INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS	
OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS	110
SEÇÃO IX	
GARANTIA CONTRA A REVISÃO CRIMINAL PRO	
SOCIETATE: PROIBIÇÃO DO DUPLO PROCESSO	
PELOS MESMOS FATOS	111
SEÇÃO X	
RAZÓVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	117
SEÇÃO XI	
LEGALIDADE E CONTROLE JUDICIAL	
DA PRISÃO PROVISÓRIA	120
SEÇÃO XII	
DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	121
SEÇÃO XIII	
PUBLICIDADE	123
SEÇÃO XIV	
MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	
JURISDICIONAIS PENAIS	124
4. INTERPRETAÇÃO,	
INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO	
DA LEI PROCESSUAL PENAL	127
SEÇÃO I	
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	
DA LEI PROCESSUAL PENAL	127
SEÇÃO II	
APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	
PENAL NO ESPAÇO	129
SEÇÃO III	
APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	
PENAL NO TEMPO	131
1. Direito processual penal intertemporal:	
imediatidade e <i>tempus regit actum</i>	131
2. Normas de conteúdo misto ou	
híbrido, penal e processual penal	133
SEÇÃO IV	
APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	
A TITULARES DE IMUNIDADES	136
1. Considerações iniciais	136
2. Imunidades constitucionais e legais	137
2.1. Imunidade (processual) do	
Presidente da República	137
2.2. Imunidade (processual) parlamentar:	
a imposição de prisão provisória ou	
de outra medida cautelar pessoal a	
Deputados e Senadores	138
2.2.1. Medidas cautelares prisionais	
e não prisionais: art. 53, § 2º, CF,	
e ADI 5.521/DF, STF	138
2.2.2. Suspensão do processo penal	
(art. 53, § 4º, CF) e extensão das	
imunidades a Deputados Estaduais	146
2.3. Prerrogativas processuais do Juiz, do	
membro do Ministério Público e do Advogado	146
3. Imunidades regidas pelo	
Direito Internacional	147
3.1. Imunidade do chefe de Estado, do chefe de	
governo e dos ministros de relações exteriores	147
3.2. Imunidade do diplomata	148
3.3. Imunidade do cônsul	150
3.4. Imunidade dos funcionários da	
Organização das Nações Unidas (ONU)	152
3.5. Imunidade perante Cortes	
Penais Internacionais?	152

5. PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E JUIZ DAS GARANTIAS	153	Penal pela Lei 13.964/2019 (medida cautelar na ADI 6.305, STF).....	198
SEÇÃO I		12.2. Hipóteses de arquivamento	200
INQUÉRITO POLICIAL: INVESTIGAÇÃO PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA	153	12.3. O modelo de arquivamento antigo, ainda vigente... (art. 28, CPP).....	202
1. Persecução penal, investigação e inquérito policial	153	12.3.1. Aspectos gerais: promoção privativa do Ministério Público e decisão judicial	202
2. Polícia judiciária e inquérito policial	155	12.3.2. Procedimento	203
3. Autoridade policial e delegado de polícia	158	12.3.3. Decisão de arquivamento	208
4. Discricionariedade do delegado de polícia	159	12.3.4. Inadmissibilidade do arquivamento implícito	216
4.1. Presença no local do crime (locus commissi delicti) (art. 6º, I, CPP).....	162	12.3.5. Pedido indireto de arquivamento	218
4.2. Busca e apreensão dos instrumentos do crime e de outros objetos que interessarem à prova (art. 6º, II, CPP).....	163	12.4. O novo procedimento de arquivamento do inquérito policial, objeto do art. 28 do CPP com redação determinada pela Lei nº 13.964/2019	219
4.3. Coleta de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias (art. 6º, III, CPP).....	163	12.4.1. Características essenciais: ato administrativo complexo, reservado exclusivamente ao Ministério Público, com direito da vítima à revisão	219
4.4. Ouvida do ofendido (art. 6º, IV, CPP) e de testemunhas.....	164	12.4.2. Atribuições para ordenar e para homologar o arquivamento nas diversas instituições do Ministério Público	224
4.5. Ouvida do investigado ou indiciado (art. 6º, V, CPP).....	164	12.4.3. Características e efeitos da promoção de arquivamento homologada pela instância revisora no âmbito do Ministério Público	228
4.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações (art. 6º, VI, CPP).....	166	12.4.4. Arquivamento implícito?	233
4.7. Exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias aplicáveis (art. 6º, VII, CPP).....	166	12.4.5. Arquivamento indireto?	234
4.8. Identificação do investigado (art. 6º, VIII, CPP).....	167	SEÇÃO II	
4.9. Averiguação da vida pregressa do investigado (art. 6º, IX, CPP).....	173	PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	237
4.10. Reprodução simulada dos fatos (art. 7º, CPP).....	173	SEÇÃO III	
4.11. Informações sobre a existência de filhos do preso (art. 6º, X, CPP).....	174	OUTROS PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	239
5. Incomunicabilidade do investigado preso durante o inquérito: incompatibilidade com a ordem constitucional	175	1. Inquérito parlamentar: investigação por Comissões Parlamentares de Inquérito	239
6. Características do inquérito policial	176	2. Inquérito policial militar	241
7. Sigilo do inquérito policial e de outros procedimentos de investigação	179	3. Inquérito civil público	242
8. Notícia de crime e início do inquérito policial	182	4. Investigação por agentes fiscais integrantes do Poder Executivo	242
9. Indiciamento	189	4.1. Investigação por autoridades fazendárias	242
10. Relatório	192	4.2. Investigação por agentes do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários	244
11. Prazos para o encerramento do inquérito policial	193	4.3. Atribuições de relevância investigativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	245
12. Arquivamento do inquérito policial	198	4.4. Investigação por agentes ambientais	247
12.1. Considerações iniciais: o novo e o antigo modelo de arquivamento. Suspensão da eficácia do novo procedimento de arquivamento instituído no art. 28 do Código de Processo		SEÇÃO IV	
		JUIZ DAS GARANTIAS: CONTROLE JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PRELIMINAR	247
		1. O sistema de Juiz das Garantias objeto dos artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal	247

1.1. A sistemática da legislação de reforma e a vinculação do juiz das garantias à fase pré-processual.....	247
1.2. A implantação do sistema no processo penal brasileiro: suspensão da eficácia dos artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal (Medida Cautelar nas ADI's 6.298, 6.299 e 6.300, STF).....	248
1.3. Sentido e alcance da expressão juiz das garantias. Características do sistema.....	250
1.3.1. Funções exclusivamente de controle da legalidade de medidas invasivas a direitos e garantias individuais objeto de proteção normativa especial e de reserva de jurisdição (art. 3º-A, CPP).....	250
1.3.2. Separação entre o juiz da fase investigativa (pré-processual) e o juiz do processo penal (art. 3º-D, CPP): juiz das garantias e juiz da instrução e julgamento.....	251
1.4. "Ministério Público das Garantias"? "Defensor Público das Garantias"?.....	253
2. Referências no direito comparado.....	254
3. Competência do juiz das garantias.....	255
3.1. Aspectos gerais sobre a competência do juiz das garantias.....	255
3.1.1. Designação do juiz das garantias em cada órgão jurisdicional penal: leis de organização judiciária.....	255
3.1.2. Fase pré-processual: âmbito investigativo e postulatório anterior à efetiva instauração do processo penal.....	256
3.1.3. Âmbito de aplicabilidade: juízo criminal singular da Justiça Comum, a Estadual e a Federal, da Justiça Eleitoral (?) e da Justiça Militar (?); tribunais (?).....	258
3.1.4. Aplicabilidade a investigações e a processos penais em curso?.....	266
3.1.5. Competência jurisdicional: atuação provocada.....	267
3.2. Competência delimitada.....	267
3.2.1. Destinatário da comunicação imediata da prisão (art. 3º-B, caput, I, CPP).....	267
3.2.2. Controle de legalidade da prisão em flagrante (art. 3º-B, caput, II, e § 1º, CPP).....	268
3.2.3. Garantia dos direitos do preso (art. 3º-B, caput, III, e art. 3º-E, CPP).....	269
3.2.4. Destinatário da comunicação sobre a instauração de investigação criminal (art. 3º-B, caput, IV, CPP).....	269
3.2.5. Apreciação de pedido de decretação de prisão provisória ou de outra medida cautelar (art. 3º-B, caput, V, e § 1º, CPP).....	270
3.2.6. Prorrogação, substituição e revogação de prisão provisória ou outra medida cautelar (art. 3º-B, caput, VI, CPP).....	271
3.2.7. Apreciação de pedido de produção de prova antecipada e não repetível (art. 3º-B, caput, VII, CPP).....	273
3.2.8. Prorrogação do prazo de duração do inquérito policial, quando o investigado estiver preso (art. 3º-B, caput, VIII, e § 2º, CPP).....	275
3.2.9. Trancamento do inquérito policial (art. 3º-B, caput, IX, CPP).....	275
3.2.10. Requisição de documentos, laudos e informações sobre o andamento da investigação (art. 3º-B, caput, X, CPP).....	277
3.2.11. Apreciação de pedidos de: a) interceptação de comunicações telefônicas, telemáticas ou eletrônicas; b) afastamento de sigilo financeiro, fiscal, telefônico ou de dados; c) busca e apreensão domiciliar; d) acesso a informações sigilosas; e) outros meios de obtenção de prova restritivos de direitos fundamentais do investigado (art. 3º-B, caput, XI, CPP).....	277
3.2.12. Processo e julgamento de <i>habeas corpus</i> impetrado antes do oferecimento da denúncia e de competência de juízo de primeira instância (art. 3º-B, caput, XII, CPP).....	279
3.2.13. Instauração de incidente de insanidade mental (art. 3º-B, caput, XIII, CPP).....	280
3.2.14. Juízo de admissibilidade da denúncia ou da queixa (art. 3º-B, caput, XIV, CPP).....	280
3.2.15. Garantia do direito do investigado e do seu defensor de acesso aos elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação criminal (art. 3º-B, caput, XV, CPP).....	281
3.2.16. Apreciação de pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia (art. 3º-B, caput, XVI, CPP).....	281
3.2.17. Homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação (art. 3º-B, caput, XVII, CPP).....	281
3.2.18. Outras matérias afetas ao controle de legalidade da investigação criminal e à salvaguarda de direitos individuais do investigado (art. 3º-B, XVIII, CPP).....	282
SEÇÃO V	
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	282
1. O Acordo de não persecução penal no contexto da justiça negociada: características gerais.....	282
2. Sistemática.....	287
3. Questão de direito intertemporal: aplicabilidade retroativa do art. 28-A do Código de Processo Penal. Para além da retroatividade: o alcance da negociabilidade da não persecução penal.....	287

4. Aplicabilidade: requisitos objetivos e subjetivos. Condições objetivas e subjetivas.....	292	5. Negociação, homologação, execução, rescisão e efeitos do Acordo.....	313
4.1. Âmbito material de aplicabilidade: infração penal dolosa praticada sem violência ou grave ameaça à pessoa, com pena mínima cominada inferior a 4 (quatro) anos (art. 28-A, caput, CPP).....	292	5.1. Iniciativa para a proposta. Recusa da proposta e controle interno no âmbito do Ministério Público. Negociação e formalização do acordo.....	313
4.2. Parâmetros objetivos de não aplicabilidade do acordo de não persecução penal: requisitos negativos (art. 28-A, § 2º, CPP).....	293	5.2. Homologação e controle judicial da voluntariedade do imputado, da legalidade do acordo e da higidez, adequação e suficiência das condições negociadas.....	316
4.2.1. Cabimento de transação penal (art. 28-A, § 2º, I, CPP).....	293	5.3. Execução do acordo.....	317
4.2.2. Reincidência ou conduta criminal habitual, reiterada ou profissional (art. 28-A, § 2º, II, CPP).....	295	5.4. Anulação, revisão e rescisão do acordo.....	318
4.2.3. Aplicação anterior do mesmo benefício, de transação penal ou de suspensão condicional do processo nos 5 (cinco) anos anteriores ao suposto cometimento da infração (art. 28-A, § 2º, III, CPP).....	297	5.5. Efeitos.....	319
4.2.4. Crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor (art. 28-A, § 2º, IV, CPP).....	298	6. AÇÃO PENAL	321
4.2.5. Outros impedimentos? Impossibilidade de criação abstrata de vedações pelo Ministério Público.....	299	SEÇÃO I	
4.3. Parâmetros discricionários de não aplicabilidade do acordo de não persecução penal.....	301	CONCEITO E CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL	321
4.3.1. Pressuposto: existência de justa causa para a ação penal (art. 28-A, caput, CPP).....	301	1. Conceito de ação penal.....	321
4.3.2. Necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime (art. 28-A, caput, CPP).....	302	1.1. A pretensão e a ação civil.....	321
4.4. Discricionariedade do Ministério Público ou direito subjetivo do imputado?.....	303	1.2. A pretensão punitiva e a ação penal.....	323
4.5. Emergência de confissão formal e circunstanciada (art. 28-A, caput, CPP): requisito para a proposta ou condição do acordo?.....	305	2. Condições essenciais da ação penal.....	324
4.6. Condições (art. 28-A, caput, I a V, CPP).....	309	2.1. Considerações iniciais.....	324
4.6.1. Reparação do dano ou restituição da coisa (art. 28-A, caput, I, CPP).....	309	2.2. O regime específico das condições de admissibilidade da ação penal.....	326
4.6.2. Renúncia voluntária a ativos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime (art. 28-A, caput, II, CPP).....	311	2.2.1. Legitimidade.....	326
4.6.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 28-A, caput, III, CPP).....	312	2.2.2. Justa causa em sentido estrito.....	328
4.6.4. Prestação pecuniária (art. 28-A, caput, IV, CPP).....	313	2.2.3. Interesse: necessidade, utilidade e adequação.....	331
4.6.5. Outra condição indicada pelo Ministério Público, proporcional e adequada à infração imputada (art. 28-A, caput, V, CPP).....	313	2.2.4. Mérito da hipótese acusatória deduzida na ação penal: impossibilidade jurídica da causa de pedir (ou do pedido).....	333
		2.3. Consequências jurídicas da carência de ação.....	334
		3. Início da ação e do processo penal.....	340
		SEÇÃO II	
		AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA	344
		1. Classificação.....	345
		2. Princípios da ação penal de iniciativa pública.....	346
		2.1. Princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade.....	346
		2.2. Princípio da intranscendência.....	348
		2.3. Princípio da indivisibilidade?.....	348
		3. Espécies de ação penal de iniciativa pública: incondicionada e condicionada.....	352
		3.1. Ação penal pública condicionada à representação.....	353
		3.1.1. Exercício da representação: conceito, legitimidade, forma e prazo decadencial.....	353
		3.1.2. Retratibilidade e renúncia.....	355
		3.2. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	357

4. Atuação do ofendido na ação penal de iniciativa pública.....	358	5.1. Princípio da indivisibilidade.....	393
5. Controle especial da inércia do Ministério Público: “ação penal pública subsidiária da pública”?	359	5.2. Princípios da oportunidade e da disponibilidade.....	395
6. Denúncia.....	360	6. Causas de extinção da punibilidade associadas à ação penal de iniciativa privada.....	396
6.1. Conceito e características.....	360	6.1. Decadência.....	396
6.2. Imputação do fato (<i>imputatio facti</i>).....	361	6.2. Renúncia.....	396
6.2.1. Inadmissibilidade da imputação alternativa.....	363	6.3. Desistência.....	398
6.2.2. Individualização de cada conduta na hipótese de pluralidade de imputados.....	364	6.4. Perdão.....	399
6.3. Identificação e individualização do denunciado.....	370	6.5. Perempção.....	401
6.4. Imputação ou classificação jurídico-penal (<i>imputatio juris</i>).....	370	7. Legitimidade alternativa.....	402
6.5. Ônus: apresentação de rol de testemunhas numerárias e indicação de outros meios de prova.....	372	8. “Ação penal adesiva”.....	403
6.6. Regularidade formal da denúncia e aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	372	7. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	405
6.7. Prazos.....	373	1. Conceito.....	405
6.8. Aditamento à denúncia.....	375	2. Ação civil ex delicto como ação de execução (art. 63, CPP).....	406
SEÇÃO III		2.1. Independência relativa entre juízo penal e juízo civil e certificação da existência do dano na sentença penal condenatória definitiva.....	406
AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA.....	376	2.2. Liquidação e fixação de valor mínimo na sentença penal condenatória (artigos 63, parágrafo único, e 387, IV, CPP).....	408
1. Conceito e elementos essenciais.....	377	2.3. Legitimidade para a ação civil na hipótese de hipossuficiência do ofendido.....	413
1.1. Legitimidade ativa.....	377	2.4. Execução da sentença homologatória de composição civil dos danos no procedimento sumaríssimo.....	413
1.2. Hipóteses especiais de representação legal e judicial do ofendido no âmbito da ação penal de iniciativa privada.....	378	3. Ação civil ex delicto como ação de conhecimento (Art. 64, CPP).....	414
2. Espécies de ação penal de iniciativa privada.....	379	4. Absolvição e ação civil: a coisa julgada da sentença penal absolutória perante o juízo cível (impedimento ou não da ação civil ex delicto).....	415
2.1. Ação penal privada privativa ou exclusiva.....	379	4.1. Absolvição criminal com coisa julgada na esfera civil.....	415
2.2. Ação penal privada personalíssima.....	380	4.1.1. Reconhecimento categórico da inexistência do fato ou da ausência de autoria ou participação do imputado.....	415
2.3. Atuação do Ministério Público na ação penal privada exclusiva e na ação penal privada personalíssima.....	381	4.1.2. Reconhecimento categórico de causa excludente da ilicitude.....	416
2.4. Ação penal privada subsidiária da pública.....	381	4.2. Absolvição criminal sem coisa julgada na esfera civil.....	417
2.4.1. Conceito e elementos essenciais.....	381	4.2.1. Falta de prova da existência do fato ou da autoria ou participação do imputado.....	418
2.4.2. Atuação do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública.....	385	4.2.2. Atipicidade penal.....	418
3. Queixa.....	387	4.2.3. Falta de prova suficiente para a condenação (in dubio pro reo).....	419
3.1. Conceito e elementos essenciais.....	387	4.2.4. Exclusão da culpabilidade.....	420
3.2. Prazo decadencial e termos iniciais.....	388	4.3. Outras decisões jurisdicionais penais sem efeito de coisa julgada no âmbito civil.....	420
4. Aditamento à queixa.....	391		
4.1. Aditamento à queixa pelo ofendido.....	391		
4.2. Aditamento à queixa pelo Ministério Público.....	391		
5. Princípios da ação penal de iniciativa privada.....	393		

8. COMPETÊNCIA PENAL	423	SUBSEÇÃO II	
SEÇÃO I		COMPETÊNCIA DE JUÍZO EM	
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	423	RAZÃO DA MATÉRIA	460
1. Conceito de competência.....	423	1. Competência de Juízo em razão da matéria estabelecida pelo Código de Processo Penal e pela Legislação Processual Penal Especial.....	460
2. Princípio do juízo natural.....	424	1.1. Competência do Tribunal do Júri (Constituição e Código de Processo Penal).....	460
SEÇÃO II		1.1.1. Características e hipóteses de competência do Tribunal do Júri.....	460
COMPETÊNCIA PELA MATÉRIA (RATIONE MATERIAE)	426	1.1.2. Incompetência superveniente do Tribunal do Júri (art. 74, § 3º, CPP).....	465
Considerações gerais.....	426	1.2. Competência dos Juizados Especiais Criminais (Constituição e Lei nº 9.099/1995).....	466
SUBSEÇÃO I		1.3. Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/2006).....	471
COMPETÊNCIA DE JUSTIÇA EM RAZÃO DA MATÉRIA	427	1.4. Competência de juízos colegiados no âmbito dos processos que envolvam organizações criminosas (Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 13.964/2019).....	474
1. Considerações iniciais.....	427	1.4.1. Juízo colegiado formado pelo juiz do procedimento ou do processo penal e por outros dois juizes, no âmbito da persecução relacionada a crimes imputados a organizações criminosas (art. 1º, Lei nº 12.694/2019).....	474
2. Competência da Justiça Comum Estadual.....	428	1.4.2. Juízos criminais colegiados (“Varas Criminais Colegiadas”) competentes para o processo e julgamento de crimes relacionados a organizações criminosas armadas, do crime de constituição de milícia privada e das infrações penais conexas (art. 1º-A, Lei nº 12.694/2012, incluído pela Lei nº 13.964/2019).....	476
3. Competência da Justiça Comum Federal.....	428	2. Competência de juízo em razão da matéria estabelecida pelas Leis de Organização Judiciária.....	476
3.1. Estrutura da Justiça Comum Federal.....	428	3. Competência de juízo em razão da natureza da infração: resoluções de tribunais.....	477
3.2. Competência material da Justiça Comum Federal.....	429	SUBSEÇÃO III	
3.2.1. Crimes políticos (art. 109, IV, 1a parte, CF).....	431	INCOMPETÊNCIA SUPERVENIENTE EM RAZÃO DA MATÉRIA: DESCLASSIFICAÇÃO	478
3.2.2. Crimes cometidos em detrimento de bens, serviços e interesse da União ou de autarquia ou empresa pública federal (art. 109, IV, 2a parte, CF).....	432	SEÇÃO III	
3.2.3. Crimes transnacionais previstos em tratados ou convenções internacionais (art. 109, V, CF).....	442	COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO (RATIONE MUNERIS OU RATIONE PERSONAE)	481
3.2.4. Crimes contra a organização do trabalho (art. 109, VI, 1a parte, CF).....	444	1. Considerações iniciais sobre o foro especial por prerrogativa de função.....	481
3.2.5. Crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem econômico-financeira (art. 109, VI, 2a parte, CF).....	445	2. Regra da atualidade e limitação do foro especial aos crimes em tese praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas.....	483
3.2.6. Crimes cometidos a bordo de navios ou de aeronaves (art. 109, IX, CF).....	448	2.1. Abrangência material do foro especial por prerrogativa de função: atos praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas.....	483
3.2.7. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (art. 109, X, CF).....	449		
3.2.8. Crimes envolvendo disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF).....	450		
3.3. Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal.....	451		
4. Competência pela matéria da Justiça Eleitoral.....	453		
5. Competência pela matéria da Justiça Militar.....	454		
5.1. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados.....	454		
5.2. Competência geral da Justiça Militar.....	455		
5.3. Competência pela matéria da Justiça Militar da União.....	458		
5.4. Competência pela matéria da Justiça Militar dos Estados.....	459		
5.5. Conexão entre crime militar e crime comum: separação de processos.....	460		

2.2. Marco temporal de fixação definitiva da competência por prerrogativa de função	493	de fundos ou com pagamento frustrado: domicílio da vítima (art. 70, § 4º, CPP)	518
2.3. Aplicação do entendimento fixado na AP 937 QO (STF) aos processos em curso	495	3.1. Sentido e alcance da norma de competência do art. 70, § 4º, do CPP (instituída pela Lei 14.155/2021): contexto da fraude eletrônica	518
3. Competência por prerrogativa de função e Competência do Tribunal do Júri	496	3.2. Repercussões temporais do novo critério de competência (art. 70, § 4º, CPP)	521
4. Competência para a supervisão de procedimento investigativo criminal	496	<hr/>	
5. Competência por prerrogativa de função no âmbito da exceção da verdade oposta em processo por crime contra a honra	499	SUBSEÇÃO III	
6. Hipóteses constitucionais de competência originária	499	CRITÉRIOS ESPECIAIS DE	
6.1. Competência penal originária do Supremo Tribunal Federal	499	COMPETÊNCIA TERRITORIAL	
6.2. Competência penal originária do Superior Tribunal de Justiça	501	523	
6.3. Competência penal originária do Superior Tribunal Militar	502	<hr/>	
6.4. Inexistência de competência penal originária do Tribunal Superior Eleitoral	503	SEÇÃO V	
6.5. Competência penal originária dos Tribunais Regionais Federais	503	COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO	
6.6. Competência penal originária dos Tribunais de Justiça	505	526	
6.7. Competência penal originária dos Tribunais Regionais Eleitorais	509	<hr/>	
<hr/>		SEÇÃO VI	
SEÇÃO IV		DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA SEGUNDO OS DIVERSOS CRITÉRIOS NORMATIVOS, ATÉ O DA DISTRIBUIÇÃO: ROTEIRO ANALÍTICO	
COMPETÊNCIA TERRITORIAL		529	
Considerações gerais.....		533	
510		<hr/>	
510		SEÇÃO VII	
<hr/>		COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO	
SUBSEÇÃO I		534	
COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO (RATIONE LOCII)		534	
510		<hr/>	
1. Critérios gerais da competência pelo lugar da infração		SEÇÃO VIII	
511		MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA: CONEXÃO E CONTINÊNCIA	
2. Competência pelo lugar da infração penal no âmbito dos juizados especiais criminais		534	
514		1. Considerações iniciais	
3. Hipóteses de reconhecimento jurisprudencial da competência territorial pelo critério da atividade ou pelo da ubiquidade		535	
515		2. Conexão	
<hr/>		538	
SUBSEÇÃO II		4. Efeitos da conexão e da continência: unidade de processo e de julgamento (regra)	
COMPETÊNCIA PELO DOMICÍLIO DO ACUSADO OU DA VÍTIMA (RATIONE DOMICILII)		539	
516		4.1. Regra da unidade e foro de atração	
1. Ação penal de iniciativa pública e ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública: subsidiariedade		539	
517		4.2. Avocação de processos e limite temporal para a aplicação da regra da unidade	
2. Ação penal de exclusiva iniciativa privada: alternatividade		546	
518		4.3. Regra da unidade e absolvição ou desclassificação parcial	
3. Crime de estelionato praticado por depósito, transferência de valores ou emissão de cheques sem suficiente provisão		547	
518		5. Exceções impositivas (Art. 79, CPP) e permissivas (Art. 80, CPP) da separação dos processos	
<hr/>		549	
		5.1. Separação obrigatória	
		550	
		5.2. Separação facultativa	
		552	
		<hr/>	
		9. QUESTÕES PREJUDICIAIS	
		555	
		1. Conceito e classificação doutrinária	
		555	
		1.1. Delimitação conceitual das questões prejudiciais	
		555	
		1.2. Classificação doutrinária	
		557	
		1.2.1. Questões prejudiciais: homogêneas e heterogêneas	
		557	
		1.2.2. Questões prejudiciais: devolutivas (absolutas ou relativas) e não devolutivas	
		557	
		2. Questões prejudiciais heterogêneas de devolução obrigatória (art. 92, CPP)	
		558	
		3. Questões prejudiciais heterogêneas de devolução facultativa (art. 93, CPP)	
		561	

3.1. Repercussão da controvérsia na própria existência da infração penal	562	4. Procedimento.....	587
3.2. Controvérsia sobre questão diversa da relativa ao estado civil das pessoas.....	565	SEÇÃO III	
3.3. Existência de ação civil que tenha por objeto a questão prejudicial.....	565	CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	588
3.4. Controvérsia de difícil solução.....	565	1. Conceito.....	588
3.5. Questão que não versa sobre direito cuja prova a lei civil limite.....	566	2. Hipóteses de conflito.....	588
10. INCIDENTES PROCESSUAIS.....	567	2.1. Conflito de atribuições entre órgãos da mesma instituição do Ministério Público.....	589
SEÇÃO I		2.2. Conflito de atribuições entre órgãos de diferentes instituições do Ministério Público.....	589
EXCEÇÕES.....	567	SEÇÃO IV	
Considerações iniciais.....	567	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	593
1. Exceção de suspeição.....	567	1. Sentido e alcance.....	593
1.1. Conceito e características gerais.....	567	2. Aplicabilidade e procedimento do incidente de restituição.....	595
1.2. Legitimidade ativa e passiva.....	568	SEÇÃO V	
1.3. Oportunidade para a arguição.....	569	INCIDENTE DE FALSIDADE.....	597
1.4. Procedimento.....	570	SEÇÃO VI	
1.5. Efeitos do reconhecimento da suspeição, em sede de exceção ou de <i>habeas corpus</i>	571	INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL.....	599
1.6. Exceção de suspeição de magistrado integrante de tribunal.....	573	1. Sentido e finalidades.....	599
2. Exceção de incompatibilidade e exceção de impedimento.....	574	2. Doença mental ao tempo da conduta imputada: inimputabilidade ou semi-imputabilidade.....	599
3. Exceção de incompetência.....	574	2.1. Inimputabilidade por doença mental (art. 26, caput, CP).....	599
3.1. Cabimento, oportunidade e procedimento.....	574	2.2. Semi-imputabilidade por perturbação mental (art. 26, parágrafo único, CP).....	600
3.2. Efeitos da decisão proferida na exceção de incompetência.....	575	3. Superveniência de doença mental.....	600
3.2.1. Efeitos do reconhecimento da incompetência, na exceção (incompetência relativa) ou fora dela (incompetência absoluta): nulidade e ratificação de atos.....	576	4. Oportunidade, iniciativa e procedimento.....	602
3.2.2. Decisão de improcedência da exceção.....	578	11. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DE ATIVOS.....	605
4. Exceção de litispendência.....	578	Considerações iniciais sobre o processo penal cautelar e sobre a sistemática das medidas assecuratórias patrimoniais.....	605
5. Exceção de coisa julgada.....	580	SEÇÃO I	
6. Exceção de ilegitimidade de parte.....	582	SEQUESTRO.....	607
SEÇÃO II		1. Sequestro no Código de Processo Penal.....	607
CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	583	1.1. Conceito, objeto e finalidades.....	607
1. Conceito e características gerais.....	583	1.2. Requisitos.....	608
2. Iniciativa.....	585	1.3. Iniciativa e oportunidade para o sequestro.....	609
3. Competência.....	585	1.4. Execução do sequestro de bens imóveis.....	610
3.1. Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, o, CF).....	585	1.5. Contraditório prévio.....	611
3.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, d, CF).....	586	1.6. Contraditório diferido: embargos.....	612
3.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, e, CF).....	586	1.7. Levantamento do sequestro.....	614
3.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	586	1.8. Destinação dos bens sequestrados.....	616
		2. Sequestro no Decreto-lei n° 3.240/1941.....	618
		2.1. Sentido e alcance.....	618

2.2. Pressupostos, requisitos, iniciativa, contraditório, execução, prazo e destinação	619
3. Sequestro na Lei nº 9.613/1998 (art. 4º, caput) e em outras leis especiais	621
3.1. Pressupostos, requisitos e abrangência	622
3.2. Iniciativa	624
3.3. Liberação total ou parcial (art. 4º, § 2º, Lei nº 9.613/1998) e destinação dos valores constritos	624
4. Impugnação cabível contra a decisão que determinar a medida assecuratória, contra a que indeferir o pedido de decretação da medida e contra a que indeferir o pedido de liberação de ativos constritos	626
SEÇÃO II	
ARRESTO E HIPOTECA LEGAL	628
1. Arresto no Código de Processo Penal	628
1.1. Conceito e finalidades: diferença entre arresto e sequestro	628
1.2. Arresto de bens imóveis e hipoteca legal	629
1.2.1. Conceito, legitimidade e requisitos	629
1.2.2. Especialização e registro da hipoteca	632
1.3. Arresto de bens móveis	633
1.4. Contraditório: cabimento de embargos no âmbito do arresto e da hipoteca legal	635
1.5. Levantamento do arresto ou da hipoteca e destinação dos bens arrestados ou hipotecados	636
2. Arresto na Lei nº 9.613/1998 (art. 4º, § 4º)	637
SEÇÃO III	
ALIENAÇÃO ANTECIPADA	638
12. PROVA	643
SEÇÃO I	
TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL	643
SUBSEÇÃO I	
CONCEITO E SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA	643
1. Acepções e finalidades	643
1.1. Prova como atividade	644
1.2. Prova como instrumento	645
1.3. Prova como resultado	645
2. Verdade e certeza	646
3. Prova indiciária	648
4. Sistemas de valoração da prova	651
4.1. Espécies	651
4.1.1. Sistema da íntima convicção	651
4.1.2. Sistema da prova legal ou da prova tarifada	652
4.1.3. Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional	654
4.2. Sistema do livre convencimento motivado no processo penal brasileiro	655
4.2.1. Prova e elemento informativo	656
4.2.2. Provas cautelares, provas antecipadas e provas irrepetíveis	658
SUBSEÇÃO II	
ÔNUS DA PROVA	665
1. Conceito e natureza jurídica	665
2. Ônus da prova do acusador e garantia do estado de inocência: a prova do fato constitutivo de crime e da autoria ou participação do imputado	666
3. Ônus da prova de fatos relacionados a excludentes de ilicitude ou de culpabilidade	669
SUBSEÇÃO III	
INICIATIVA INSTRUTÓRIA DO JUIZ	672
SEÇÃO II	
PROVAS ILÍCITAS E PROVAS DERIVADAS DE ILÍCITAS	680
1. Conceito e regime jurídico da prova ilícita originária	680
1.1. Previsão constitucional e legal	680
1.2. Prova ilícita e prova ilegítima	681
1.3. Fundamento do princípio de inadmissibilidade ou de exclusão: a jurisprudência da Suprema Corte norte-americana e a do Supremo Tribunal Federal	684
1.3.1. O caso Boyd vs. United States (1886)	685
1.3.2. O caso Weeks vs. United States (1914) e o fundamento da regra de exclusão: efeito dissuasório contra práticas ilícitas	685
1.3.3. Limites da regra de exclusão no direito dos Estados Unidos da América	687
1.3.4. Limites à regra da inadmissibilidade na ordem jurídica brasileira	691
1.4. Desentranhamento e inutilização da prova: a consequência material da inadmissibilidade das provas ilícitas e das derivadas de ilícitas	702
2. Prova derivada de ilícita	704
2.1. Conceito e regime jurídico	704
2.2. A regra de exclusão da prova derivada de ilícita na jurisprudência norte-americana: o caso Silverthorne vs. United States (1920)	706
2.3. Limites ao princípio de inadmissibilidade das provas derivadas de ilícitas na jurisprudência norte-americana e na ordem jurídica brasileira	707
2.3.1. Considerações iniciais	707
2.3.2. Fonte independente (independent source) na jurisprudência norte-americana	708

2.3.3. Fonte independente na ordem jurídica brasileira.....	711
2.3.4. Descoberta inevitável (inevitable discovery) na jurisprudência norte-americana: o caso Nix vs. Williams (Williams II) (1984).....	712
2.3.5. A descoberta inevitável na ordem jurídica brasileira.....	714
2.3.6. A doutrina da atenuação da causalidade (purged taint ou attenuated connection).....	715
<hr/>	
SEÇÃO III	
PROVA EMPRESTADA.....	719
<hr/>	
SEÇÃO IV	
PROVAS EM ESPÉCIE: MEIOS DE PROVA.....	722
<hr/>	
SUBSEÇÃO I	
PROVA PERICIAL.....	723
1. Características gerais da prova pericial.....	723
2. Exame de corpo de delito.....	725
2.1. Conceito, objeto, aplicabilidade e valor probatório do exame de corpo de delito.....	725
2.2. Exame de corpo de delito direto e exame de corpo de delito indireto.....	728
2.3. Suprimento do exame de corpo de delito pelo corpo de delito indireto.....	729
3. Cadeia de custódia.....	730
3.1. Conceito de cadeia de custódia e consequências da quebra da cadeia de custódia.....	730
3.2. Etapas da cadeia de custódia.....	734
4. Execução do exame de corpo de delito e de outras perícias.....	738
5. Disciplina normativa da produção de prova pericial.....	741
6. Prova pericial durante o processo penal.....	744
7. O laudo pericial.....	745
7.1. Características gerais.....	745
7.2. Momento da juntada do laudo de exame de corpo de delito.....	747
8. Exame cadavérico.....	748
8.1. Objeto e características gerais.....	748
8.2. Exumação do cadáver.....	750
9. Exame complementar no âmbito das lesões corporais.....	751
10. Exame do local.....	752
11. Exame de laboratório.....	753
12. Exame de furto qualificado.....	754
13. Exame de avaliação.....	754
14. Exame de incêndio.....	755
15. Exame de reconhecimento de escritos; perícia grafotécnica.....	755
16. Exame de instrumentos da infração.....	757

SUBSEÇÃO II	
DECLARAÇÕES DO OFENDIDO.....	760
<hr/>	
SUBSEÇÃO III	
PROVA TESTEMUNHAL.....	763
1. Conceito de testemunha: sentido, alcance e limitações probatórias.....	763
1.1. Conceito de testemunha e formas de testemunho.....	763
1.2. A falibilidade da prova testemunhal e o problema das falsas memórias.....	765
1.3. Cautelas legais.....	769
2. Espécies de testemunhas.....	769
2.1. Testemunhas numerárias.....	769
2.2. Testemunhas extranumerárias.....	770
2.2.1. Testemunhas extranumerárias indicadas pelas partes.....	770
2.2.2. Testemunhas extranumerárias do juízo.....	771
2.2.3. Testemunhas extranumerárias referidas.....	771
3. Obrigação, dispensa e proibição de depor.....	771
3.1. Obrigação de depor.....	771
3.2. Dispensa e proibição de depor.....	772
3.2.1. Dispensa de depor.....	772
3.2.2. Proibição de depor.....	773
4. Cautelas legais prévias à audiência: incomunicabilidade relativa entre as testemunhas.....	774
5. Inquirição da testemunha em audiência.....	775
5.1. A oralidade do depoimento.....	775
5.2. Antes do depoimento: qualificação e contradita ou arguição de parcialidade ou indignidade.....	778
5.3. Procedimento da inquirição: o método do exame direto e cruzado.....	781
5.4. Presença do acusado na audiência reservada à inquirição de testemunhas.....	786
5.4.1. Garantia de presença como forma de autodefesa.....	786
5.4.2. Afastamento excepcional do acusado.....	787
5.5. Direito ao confronto.....	789
5.6. Inquirição de testemunhas especiais.....	791
5.7. Inquirição por carta precatória e por videoconferência.....	792
5.7.1. Inquirição em sede de carta precatória.....	792
5.7.2. Inquirição por videoconferência.....	793
6. Prova testemunhal por meio de carta rogatória.....	794
7. Controle judicial da veracidade do depoimento.....	795
8. Antecipação de prova testemunhal.....	795

8.1. Aplicabilidade da antecipação de prova testemunhal em geral	795	6. Iniciativa do juiz para a produção de prova documental	831
8.2. Aplicabilidade da antecipação de prova testemunhal na hipótese do art. 366 do CPP	796		
8.3. Procedimento	798		
SUBSEÇÃO IV		SEÇÃO V	
ACAREÇÃO	799	PROVAS EM ESPÉCIE: MEIOS OCULTOS DE OBTENÇÃO DE PROVA E TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO	
			832
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO I	
RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS	801	BUSCA E APREENSÃO	
1. Conceito e procedimento	801		832
2. Reconhecimento de pessoa por videoconferência	806	1. Sentido e alcance	832
		2. Busca domiciliar	833
SUBSEÇÃO VI		2.1. Inviolabilidade domiciliar e limites da busca	833
INTERROGATÓRIO	807	2.1.1. Ingresso no domicílio e autorização judicial: pressupostos e requisitos para a ordem judicial de busca domiciliar, como meio oculto de obtenção de prova	834
1. Sentido e alcance	807	2.1.2. O consentimento do morador	838
2. Características do interrogatório	809	2.2. Busca em escritórios de advocacia	846
3. Partes do interrogatório: abrangência e procedimento	810	2.3. Procedimento	849
3.1. Aspectos gerais	810	2.3.1. Iniciativa e procedimento de autorização	849
3.2. Qualificação e identificação do acusado no interrogatório	811	2.3.2. Procedimento de execução	849
3.3. Procedimento judicial após a qualificação e antes do interrogatório	812	2.4. Finalidades	853
3.4. Procedimento judicial durante o interrogatório	813	2.4.1. Prisão de criminosos	853
3.5. Primeira parte do interrogatório	814	2.4.2. Apreensão de coisas achadas ou obtidas por meios criminosos e de instrumentos do crime	854
3.6. Segunda parte do interrogatório	814	2.4.3. Descoberta de objetos necessários à prova de infração penal ou à defesa do acusado e coleta de qualquer elemento de convicção	855
3.7. Presença e colaboração das partes	815	2.4.4. Apreensão de cartas particulares	855
3.8. Participação da defesa técnica de um acusado no interrogatório de outro acusado	815	2.4.5. Proteção à vítima	857
4. Momento do interrogatório	817	2.5. Ingresso no domicílio em caso de flagrante delito	857
5. Lugar do interrogatório e interrogatório por videoconferência	818	2.6. Requisitos intrínsecos do mandado de busca domiciliar	860
5.1. Regime jurídico geral	818	2.7. Encontro fortuito de provas ou serendipidade	862
5.2. Interrogatório por videoconferência	820	3. Busca pessoal	865
6. Interrogatório de acusados especiais	822	4. Cumprimento do mandado de busca após seguimento do imputado	867
SUBSEÇÃO VII		SUBSEÇÃO II	
CONFISSÃO	823	TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO	
1. Conceito e características da confissão	823		868
2. Elementos Modificativos da Confissão	827	SUBSEÇÃO III	
		INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA E ACESSO A REGISTROS TELEFÔNICOS E TELEMÁTICOS	
SUBSEÇÃO VIII			869
PROVA DOCUMENTAL	828	1. Afastamento excepcional da inviolabilidade das comunicações telefônicas e telemáticas: interceptação de conversas e acesso a registros de dados telefônicos ou telemáticos	869
1. Sentido e alcance	828	2. Interceptação telefônica, escuta telefônica e gravação telefônica	874
2. Cartas particulares	829		
3. Documentos em língua estrangeira	830		
4. Autenticidade do documento particular	830		
5. Oportunidade para a produção de prova documental pelas partes	831		

3. Interceptação das comunicações telemáticas e acesso a dados telemáticos.....	879	1.2. Origens.....	923
4. Encontro fortuito de provas ou serendipidade.....	881	1.3. Crítica de parte da doutrina ao instituto da colaboração premiada. Expansão descontrolada do emprego da técnica. Reação legislativa representada pela Lei nº 13.964/2019.....	924
5. Comunicação telefônica e telemática entre advogado e cliente.....	885	2. Previsão no direito brasileiro: evolução da disciplina normativa da colaboração premiada na ordem jurídica nacional.....	926
6. Iniciativa.....	887	2.1. Crimes hediondos e equiparados a hediondos (Lei nº 8.072/1990).....	926
7. Competência.....	890	2.2. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/1986, alterada pela Lei nº 9.080/1995) e crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/1990, alterada pela Lei nº 9.080/1995).....	926
8. Pressupostos e requisitos da interceptação telefônica.....	891	2.3. Extorsão mediante sequestro (Lei nº 9.269/1996).....	927
9. Limites formais e temporais: forma de execução, prazo e prorrogação.....	893	2.4. Crimes de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012).....	927
9.1. Limites formais.....	894	2.5. Lei nº 9.807/1999: programa de proteção a vítimas, testemunhas e colaboradores.....	929
9.2. Limites temporais.....	895	2.6. Crimes de drogas (Lei nº 11.343/2006).....	930
10. Procedimento de execução da medida pela polícia.....	897	2.7. O acordo de leniência (Lei nº 12.529/2011).....	931
11. Inutilização da gravação que não interessar à prova.....	900	2.8. Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).....	932
12. Interceptação das comunicações telefônicas ou telemáticas e quebra do sigilo de dados telefônicos ou telemáticos.....	900	3. Aplicabilidade do regime de colaboração premiada objeto da Lei nº 12.850/2013, alterada pela Lei nº 13.964/2019.....	933
SUBSEÇÃO IV		4. Natureza e valor probatório da colaboração premiada.....	935
INTERCEPTAÇÃO AMBIENTAL.....		5. Oportunidade, formas e resultados.....	938
1. Interceptação ambiental, escuta ambiental e gravação ambiental.....	905	6. Pressupostos e requisitos.....	940
2. Aplicabilidade e regime jurídico.....	905	7. Prêmios legais.....	941
3. Meio ambiente e contexto de intimidade.....	909	7.1. Considerações gerais sobre os prêmios aplicáveis: reforço da taxatividade pela Lei nº 13.964/2019.....	941
4. Interceptação das comunicações entre advogado e cliente.....	911	7.2. Não oferecimento da denúncia (art. 4º, §§ 4º e 4º-A, Lei nº 12.850/2013).....	943
SUBSEÇÃO V		7.3. Perdão judicial (art. 4º, caput, e §§ 4º e 5º, Lei nº 12.850/2013).....	945
ACESSO A DADOS CADASTRAIS E A REGISTROS TELEFÔNICOS (LEI 12.850/2013 E LEI 13.344/2016).....		7.4. Redução de pena e substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.....	945
		7.5. Prêmios aplicáveis na fase de execução penal (art. 4º, § 5º, Lei nº 12.850/2013): redução da pena até metade e progressão de regime.....	946
SUBSEÇÃO VI		8. Procedimento do acordo de colaboração premiada.....	948
LOCALIZAÇÃO DA VÍTIMA OU DO SUSPEITO DO CRIME EM CURSO, MEDIANTE SINAIS OU OUTROS MEIOS TÉCNICOS (ART. 13-B, CPP, INCLUÍDO PELA LEI 13.344/2016).....		8.1. Iniciativa e negociação.....	948
		8.2. Homologação.....	952
		8.3. Cumprimento do acordo homologado.....	955
SUBSEÇÃO VII			
AFASTAMENTO DO SIGILO FINANCEIRO E DO SIGILO FISCAL.....			
1. Sentido e alcance da proteção constitucional ao sigilo financeiro.....	917		
2. Afastamento excepcional do sigilo financeiro: reserva de jurisdição?.....	918		
3. Afastamento do sigilo fiscal.....	920		
SUBSEÇÃO VIII			
COLABORAÇÃO PREMIADA.....			
1. Sentido e alcance.....	921		
1.1. Designação legal: diferença entre delação e colaboração.....	922		

8.4. Aplicação do prêmio.....	955	1. Sentido, alcance e aplicabilidade.....	961
9. Anulação, retratação, revisão e rescisão: aplicabilidade e efeitos	957	2. Pressupostos e requisitos.....	963
<hr/>		3. Iniciativa.....	963
SUBSEÇÃO IX		4. Sigilo.....	964
AÇÃO CONTROLADA.....	958	5. Limites temporais: duração da infiltração.....	965
<hr/>		6. Limites materiais: prática de crime pelo agente infiltrado.....	965
SUBSEÇÃO X		7. Infiltração virtual.....	967
INFILTRAÇÃO.....	961		

VOLUME 2

SÉRGIO REBOUÇAS

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

ATUALIZADO DE ACORDO COM:

- LEI 13.964/2019 – “LEI ANTICRIME”
- LEI 13.869/2019 – CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE
- LEI 14.155/2021 – COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO ESTELIONATO
- LEI 14.245/2021 – “LEI MARIANA FERRER”
- LEI 14.188/2021, LEI 13.984/2020 E LEI 13.827/2019 – NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115/2022 – DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS
- JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ ATÉ MARÇO DE 2022



2ª EDIÇÃO,
REVISTA,
AMPLIADA E
ATUALIZADA



Conselho Editorial
Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues

Diagramação
Enzo Zaqueu Prates

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora.
Copyright © 2022, Sérgio Rebouças.

São Paulo
Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista –
São Paulo – SP, CEP 01311-940

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

WWW EDITORA D'PLACIDO COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Rebouças, Sérgio
J96 Curso de direito processual penal, volume 2 / Sérgio Rebouças. - 2. ed. rev.
ampl. atual. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
802 p.

ISBN 978-65-5589-562-9

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.43

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

13. SUJEITOS DO PROCESSO PENAL	19	5.3. Impedimento e suspeição de jurados (artigos 447 a 451, CPP)	42
Considerações iniciais.....	19	5.4. Recusa imotivada de jurados	44
<hr/>			
SEÇÃO I		SEÇÃO II	
JUIZ	19	MINISTÉRIO PÚBLICO	45
1. Conceito.....	19	1. Perfil institucional do Ministério Público.....	45
2. Funções do juiz no processo penal.....	20	2. Atribuições dos órgãos do Ministério Público.....	45
3. Juízes integrantes do Poder Judiciário do Brasil.....	21	3. Estrutura orgânica do Ministério Público.....	46
3.1. Justiça Comum.....	22	3.1. Ministério Público da União.....	47
3.1.1. Justiça Comum Federal.....	22	3.1.1. Ministério Público Federal.....	47
3.1.2. Justiça Comum Estadual.....	22	3.1.2. Ministério Público Militar.....	48
3.1.3. Superior Tribunal de Justiça.....	22	3.2. Ministério Público Estadual.....	48
3.2. Justiça Militar.....	22	4. Princípio do promotor ou do procurador natural.....	49
3.2.1. Justiça Militar da União.....	22	5. O Ministério Público no processo penal.....	50
3.2.2. Justiça Militar dos Estados.....	23	5.1. Funções do Ministério Público na fase pré-processual.....	50
3.3. Justiça Eleitoral.....	23	5.2. Funções do Ministério Público na ação penal.....	51
3.4. Supremo Tribunal Federal.....	23	5.3. O Ministério Público como titular da ação penal pública: parte imparcial?.....	52
4. Impedimento e suspeição de juízes.....	23	5.4. Impedimento e suspeição de membros do Ministério Público.....	54
4.1. Impedimento de juízes (artigos 252 e 253, CPP).....	24	<hr/>	
4.1.1. Sentido, alcance e efeitos.....	24	SEÇÃO III	
4.1.2. Hipóteses legais de impedimento.....	25	ACUSADO E DEFENSOR	55
4.2. Suspeição de juízes (art. 254, CPP).....	29	<hr/>	
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos.....	29	SUBSEÇÃO I	
4.2.2. Hipóteses legais de suspeição.....	30	ACUSADO	55
4.2.3. Hipótese de não reconhecimento da suspeição (art. 256, CPP).....	38	1. Sentido e alcance.....	55
4.3. Incompatibilidade e motivo de foro íntimo.....	38	2. Identificação do acusado.....	57
5. Jurado do Tribunal do Júri.....	39	3. Impossibilidade de condução coercitiva do acusado.....	57
5.1. Conceito e regime jurídico.....	39	<hr/>	
5.2. Alistamento e obrigatoriedade do serviço do júri.....	40	SUBSEÇÃO II	
		DEFENSOR	60

1. Sentido e alcance.....	60	2.3. Princípio da proporcionalidade em sentido estrito.....	97
2. Espécies de defensor e indisponibilidade da defesa técnica.....	61	<hr/>	
2.1. Defensor constituído.....	61	SEÇÃO II	
2.2. Defensor dativo (ou defensor nomeado).....	62	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS DA PRISÃO.....	
2.3. Defensor ad hoc.....	65	1. Aplicabilidade.....	98
3. Impedimento do defensor (art. 267, CPP).....	66	1.1. Medida cautelar pessoal originária: providência autônoma.....	100
<hr/>		1.1.1. Aspectos gerais.....	100
SEÇÃO IV		1.1.2. Iniciativa (art. 282, § 2º, CPP).....	100
OFENDIDO E ASSISTENTE.....		1.1.3. Contraditório prévio (art. 282, § 3º, CPP).....	103
1. O perfil normativo tradicional do ofendido.....	66	1.2. Medida cautelar pessoal alternativa à conversão da prisão em flagrante em preventiva (art. 310, <i>caput</i> , II, CPP).....	103
2. Novo paradigma normativo.....	67	1.3. Medida cautelar pessoal substitutiva da prisão preventiva (artigos 316 e 282, § 5º, CPP).....	106
3. O regime jurídico introduzido pela Lei nº 11.690/2008.....	70	1.3.1. Aplicabilidade.....	106
3.1. Ofendido a serviço da justiça (art. 201, <i>caput</i> e § 1º, CPP).....	70	1.3.2. Hipótese de imposição de medida cautelar pelo tribunal que conceder liberdade em sede de habeas corpus.....	109
3.2. Informação, participação e reparação (art. 201, §§ 2º e 3º, CPP; art. 6º, VII, Lei nº 13.344/2016).....	70	2. Substituição, cumulação e revogação de medidas cautelares pessoais diversas da prisão.....	110
3.3. Proteção (art. 201, §§ 4º e 6º, CPP; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 9.807/1999; art. 6º, II e IV, Lei nº 13.344/2016; Lei nº 14.245/2021).....	73	2.1. Substituição (art. 282, §§ 4º e 5º, CPP).....	110
3.4. Assistência (art. 201, § 5º, CPP; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 9.807/1999; art. 6º, I, III, V e VI, Lei nº 13.344/2016).....	77	2.2. Cumulação (art. 282, §§ 1º e 4º, CPP).....	111
4. Assistente.....	78	2.3. Revogação (art. 282, § 5º, CPP).....	112
4.1. Aplicabilidade da habilitação do ofendido como assistente.....	78	3. Consequências do descumprimento da medida cautelar pessoal diversa da prisão.....	112
4.2. Aplicabilidade da habilitação de outros sujeitos como assistentes.....	79	4. Espécies de medidas cautelares diversas da prisão.....	112
4.3. Oportunidade da <i>admissão</i> do assistente.....	80	4.1. Medidas destinadas à garantia da aplicação da lei penal (art. 319, I, VIII e IX, e art. 320, CPP).....	113
4.4. Faculdades processuais do assistente.....	81	4.1.1. Comparecimento periódico em juízo (art. 319, I, CPP).....	113
<hr/>		4.1.2. Fiança (art. 319, VIII, CPP).....	114
SEÇÃO V		4.1.3. Monitoração eletrônica (art. 319, IX, CPP).....	115
SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA.....		4.1.4. Proibição de ausentar-se do país (art. 320, CPP).....	116
<hr/>		4.2. Medidas destinadas à garantia da investigação e da instrução criminal (art. 319, IV e VIII, CPP).....	117
SEÇÃO VI		4.3. Medidas destinadas à prevenção da prática de infrações penais (art. 319, II, V, VI e VII, CPP).....	117
PERITOS E INTÉRPRETES.....		4.3.1. Proibição de frequência a determinados lugares (art. 319, II, CPP).....	118
<hr/>		4.3.2. Proibição de contato com pessoa determinada (art. 319, III, CPP).....	118
14. MEDIDAS CAUTELARES DE CARÁTER PESSOAL.....		4.3.3. Recolhimento domiciliar no período noturno (art. 319, V, CPP).....	119
<hr/>			
SEÇÃO I			
TEORIA GERAL DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....			
1. Sistemática.....	87		
2. Princípios associados às medidas cautelares no processo penal.....	90		
2.1. Princípio da necessidade.....	91		
2.1.1. Sentido e alcance.....	91		
2.1.2. Necessidade das medidas cautelares de constrição pessoal: desdobramentos.....	93		
2.2. Princípio da adequação.....	95		

4.3.4. Suspensão temporária de função pública ou de atividade econômica ou financeira (art. 319, VI, CPP)	121
4.3.5. Internação provisória (art. 319, VII, CPP)	122
5. Impugnação da decisão judicial que impõe medida cautelar pessoal diversa da prisão	124
<hr/>	
SEÇÃO III	
MEDIDAS CAUTELARES PRISIONAIS:	
PRISÃO PROVISÓRIA	125
1. Princípios e regras gerais aplicáveis à prisão provisória	125
1.1. Estado ou presunção de inocência (ou de não culpabilidade): regra de tratamento	125
1.1.1. Sentido e alcance da regra de tratamento	125
1.1.2. Efeito suspensivo de recurso especial e de recurso extraordinário interposto contra acórdão condenatório	126
1.1.3. Efeito suspensivo da apelação contra decisão condenatória do Tribunal do Júri	127
1.1.4. Princípio da correlação: prisão preventiva e superveniência de sentença fixando regime inicial semiaberto ou aberto	129
1.1.5. Antecipação cautelar de benefícios da execução penal	131
1.2. Controle judicial da prisão e motivação do ato que decreta a medida	133
1.3. Imediata comunicação da prisão e presença perante o juiz	134
1.4. Dia e horário da prisão	134
1.5. Limites materiais ao cumprimento da prisão: o emprego de força e o uso de algemas	134
1.6. Mandado de prisão: requisitos intrínsecos, cumprimento e registro	136
1.6.1. Mandado de prisão: conceito e requisitos intrínsecos	136
1.6.2. Cumprimento do mandado de prisão	137
1.6.3. Registro e autenticidade do mandado de prisão	139
1.6.4. Cumprimento do mandado após perseguição	141
1.6.5. Cumprimento do mandado e inviolabilidade domiciliar	142
1.7. Prisão especial	143
1.7.1. Contexto, conceito e alcance	144
1.7.2. Beneficiários de prisão especial	145
1.7.3. Sala de Estado Maior	147
<hr/>	
SUBSEÇÃO I	
PRISÃO EM FLAGRANTE E LIBERDADE PROVISÓRIA	148
1. Sentido e alcance da prisão em flagrante	148
2. Hipóteses legais de flagrante: estados de flagrância delitiva	149
2.1. Flagrante próprio (art. 302, I e II, CPP)	149
2.2. Flagrante impróprio (art. 302, III, CPP)	149
2.3. Flagrante presumido (art. 302, IV, CPP)	150
2.4. Inadmissibilidade do flagrante em caso de apresentação espontânea	151
2.5. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303, CPP) e nos crimes habituais	151
3. Legalidade e ilegalidade da prisão em flagrante	152
3.1. Flagrante preparado ou provocado	153
3.2. Flagrante esperado	154
3.3. “Flagrante forjado”	155
3.4. Flagrante diferido, postergado ou retardado	155
4. Auto de prisão em flagrante: aplicabilidade, formalidades e procedimento	156
5. Comunicação da prisão em flagrante e direito de presença perante o juiz	161
5.1. Exigência de comunicação imediata: sentido, finalidades e alcance do controle judicial	161
5.2. Direito de presença perante o juiz: a audiência de custódia	162
6. Liberdade provisória	166
6.1. Conceito, natureza, sentido e alcance	166
6.2. Liberdade provisória sem fiança	169
6.3. Liberdade provisória com fiança	172
6.3.1. Regime jurídico	172
6.3.2. Concessão de liberdade mediante fiança pela autoridade policial (art. 322, CPP)	173
6.3.3. Inafiançabilidade originária: hipóteses constitucionais e legais	176
6.3.4. Inafiançabilidade originária no âmbito extrapenal (art. 324, II, CPP)	178
6.3.5. Inafiançabilidade superveniente (art. 324, I e IV, CPP)	178
6.3.6. Dosimetria do valor da fiança (artigos 325 e 326, CPP)	180
6.3.7. ●portunidade para a prestação de fiança (art. 334, CPP)	182
6.3.8. Reforço da fiança (art. 340, CPP)	183
6.3.9. Forma de pagamento do valor da fiança (art. 331, CPP)	184
6.3.10. Competência jurisdicional e atribuição policial para a concessão de liberdade provisória mediante fiança	184
6.3.11. Procedimento da liberdade provisória mediante o pagamento de fiança	185
6.3.12. Dispensa da fiança e aplicação alternativa de outra medida cautelar	187

6.3.13. Quebra da fiança (artigos 341 a 343, CPP).....	187	SUBSEÇÃO III	
6.3.14. Cassação da fiança (artigos 338 e 339, CPP).....	189	PRISÃO DOMICILIAR	228
6.3.15. Perda do valor da fiança (artigos 344 e 345, CPP).....	190	1. Sentido e alcance: forma excepcional de substituição de prisão preventiva.....	228
6.3.16. Destinação do valor da fiança ao final do processo (artigos 345 a 349, CPP)	191	2. Hipóteses de prisão domiciliar.....	229
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO IV	
PRISÃO PREVENTIVA	192	PRISÃO TEMPORÁRIA	233
1. Conceito e elementos essenciais.....	192	1. Sentido e alcance.....	233
2. Oportunidade e iniciativa para a decretação da prisão preventiva, originária (art. 312, CPP) ou derivada de conversão de flagrante (art. 310, caput, II, CPP).....	193	2. Hipóteses.....	234
3. Prazo.....	197	2.1. <i>Fumus commissi delicti</i> : o pressuposto indiciário quanto à prática de crimes considerados particularmente graves (art. 1º, III, Lei nº 7.960/1989).....	236
4. Espécies.....	199	2.2. <i>Periculum libertatis</i> : a necessidade cautelar.....	241
4.1. Prisão preventiva originária (art. 312 c/c art. 313 c/c art. 282, § 6º, CPP).....	199	3. Iniciativa para postular a prisão temporária.....	242
4.1.1. Pressupostos e motivos: justa causa e necessidade específica da prisão preventiva.....	199	4. Controle judicial e execução da medida prisional.....	243
4.1.2. Garantia da ordem pública.....	203	5. Prazos.....	245
4.1.3. Garantia da instrução processual penal.....	205	5.1. Aspectos gerais.....	245
4.1.4. Garantia de aplicação da lei penal.....	206	5.2. Prazo da prisão temporária e prazo do inquérito policial.....	246
4.2. Pressupostos de admissibilidade da prisão preventiva (art. 313, CPP).....	209	SUBSEÇÃO V	
4.2.1. Crimes dolosos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos (art. 313, I, CPP).....	210	PRISÃO PARA FINS DE EXTRADIÇÃO	246
4.2.2. Reincidência em crime doloso (art. 313, II, CPP).....	213	15. COMUNICAÇÃO DOS	
4.2.3. Prisão preventiva derivada: crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar (art. 313, III, CPP).....	213	ATOS PROCESSUAIS	251
4.2.4. Dúvida sobre a identidade civil (art. 313, § 1º, CPP).....	214	Considerações iniciais.....	251
4.3. Prisão preventiva derivada: descumprimento de medida cautelar (art. 282, § 4º, e art. 312, parágrafo único, CPP) e conversão de prisão em flagrante (art. 310, caput, inciso II, CPP).....	215	SEÇÃO I	
4.3.1. Prisão preventiva na hipótese de descumprimento de medida cautelar pessoal alternativa (art. 282, § 4º, art. 312, § 1º, e art. 313, III, CPP).....	215	CITAÇÃO	251
4.3.2. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (art. 310, caput, II, CPP).....	218	1. Sentido, alcance e efeitos.....	251
5. Prisão preventiva decretada ou mantida na sentença condenatória recorrível ou na decisão de pronúncia.....	220	2. Formas de citação.....	253
6. Motivação da decisão que decreta ou mantém a prisão preventiva (artigos 312, § 2º, e 315, CPP).....	223	2.1. Citação real.....	253
7. Revogação (art. 316, CPP).....	226	2.1.1. Citação por mandado diretamente expedido por ordem do juízo da causa.....	254
		2.1.2. Citação por carta precatória.....	256
		2.1.3. Citação por carta de ordem.....	258
		2.1.4. Formas especiais de citação pessoal.....	258
		2.2. Citação ficta.....	261
		2.2.1. Citação com hora certa.....	261
		2.2.2. Citação por edital.....	264
		SEÇÃO II	
		INTIMAÇÃO	270
		1. Intimação e notificação.....	270
		2. A intimação do Ministério Público e a do querelante.....	270
		3. A intimação do ofendido na ação penal de iniciativa pública.....	272
		4. A intimação do acusado e a do seu defensor.....	272

5. A intimação da testemunha e a do perito ou intérprete.....	274	2.5. Cômputo do tempo de prisão provisória na fixação do regime inicial.....	303
6. Intimação na hipótese de decisão imediata.....	275	2.6. Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ou por pena de multa.....	304
16. SENTENÇA PENAL.....	277	2.7. Suspensão condicional da pena.....	304
Considerações iniciais.....	277	2.8. Imposição de medidas cautelares na sentença penal condenatória.....	305
<hr/>		2.9. Fixação de valor mínimo a título de reparação do dano.....	306
SEÇÃO I		2.10. Publicação sobre a sentença condenatória em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência.....	306
SENTENÇA.....	277	<hr/>	
1. Conceito e partes.....	277	SEÇÃO II	
1.1. Conceito de sentença penal.....	277	CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA.....	307
1.2. Partes da sentença penal.....	278	1. A regra da correlação entre a acusação e sentença.....	307
1.2.1. Relatório (art. 381, I e II, CPP).....	278	2. Hipótese de sentença condenatória mesmo diante de pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público (art. 385, CPP).....	309
1.2.2. Motivação e fundamentação (art. 381, III, CPP).....	279	3. Correção e modificação da acusação: emendatio libelli e mutatio libelli.....	312
1.2.3. Dispositivo (art. 381, V, CPP).....	281	3.1. Emendatio libelli (art. 383, CPP).....	313
1.2.4. Autenticação (art. 381, VI, CPP).....	282	3.1.1. Sentido e alcance.....	313
2. Publicação e registro da sentença.....	282	3.1.2. Contraditório prévio.....	314
3. Intimação da sentença.....	284	3.1.3. Oportunidade.....	317
4. Coisa julgada.....	287	3.1.4. Aplicabilidade em segunda instância.....	321
4.1. Conceito: coisa julgada material e coisa julgada formal.....	287	3.2. Mutatio libelli (art. 384, CPP).....	321
4.2. Coisa julgada pro et contra, coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	288	3.2.1. Sentido e alcance.....	321
<hr/>		3.2.2. Mutatio libelli e correlação entre acusação e sentença.....	324
SUBSEÇÃO I		3.2.3. Aplicabilidade da mutatio libelli.....	326
SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA.....	289	3.2.4. Hipóteses especiais de mutatio libelli: modificação de crime culposo para crime doloso, de crime consumado para crime tentado, de autoria para participação, ou vice-versa.....	327
1. Conceito.....	289	3.2.5. Oportunidade e procedimento da mutatio libelli.....	330
2. Fundamentos de absolvição.....	289	3.2.6. Inaplicabilidade da mutatio libelli na segunda instância.....	332
2.1. Existência material do fato (art. 386, I e II, CPP).....	290	<hr/>	
2.2. Autoria ou participação do imputado no fato (art. 386, IV, V e VII, CPP).....	290	17. PROCEDIMENTOS PENAIS.....	333
2.3. Tipicidade penal do fato (art. 386, III, CPP).....	292	Introdução.....	333
2.4. Exclusão da ilicitude ou da culpabilidade (art. 386, VI, CPP).....	293	<hr/>	
3. Efeitos imediatos da sentença penal absolutória.....	293	SEÇÃO I	
4. Absolvição imprópria.....	294	PROCEDIMENTO COMUM.....	335
<hr/>		1. Procedimento comum: aspectos gerais.....	335
SUBSEÇÃO II		1.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	335
SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	295	1.2. Aplicabilidade geral dos ritos do procedimento comum.....	336
1. Conceito.....	295		
2. Elementos da sentença penal condenatória.....	295		
2.1. Fixação da pena-base (art. 59, CP).....	296		
2.2. Atenuantes e agravantes.....	300		
2.3. Causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes) de pena.....	302		
2.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	303		

2. Procedimento comum ordinário.....	337	4.2.4. Intimação sobre a pronúncia.....	411
2.1. Aplicabilidade.....	337	4.3. Impronúncia.....	412
2.2. Características e etapas procedimentais.....	337	4.4. Absolvição sumária.....	415
2.2.1. Características.....	337	4.4.1. Conceito.....	415
2.2.2. Fase postulatória.....	338	4.4.2. Oportunidade.....	415
2.2.3. Fase instrutória: audiência de instrução e julgamento.....	352	4.4.3. Hipóteses.....	416
2.2.4. Fase de debates e de julgamento: alegações finais e sentença.....	359	4.5. Desclassificação.....	418
2.3. Síntese do procedimento comum ordinário.....	365	4.6. Mutatio libelli superveniente à confirmação da pronúncia.....	420
3. Procedimento comum sumário.....	365	4.7. Desaforamento.....	422
3.1. Aplicabilidade.....	365	5. Procedimento da fase de preparação para o julgamento em plenário.....	424
3.2. Características e etapas procedimentais.....	366	6. Procedimento da fase de julgamento em plenário (judicium causae).....	426
4. Procedimento comum sumaríssimo.....	370	6.1. Organização da pauta de julgamentos.....	426
4.1. Contexto e significado.....	370	6.2. Sorteio e convocação dos jurados para a reunião periódica.....	427
4.2. Aplicabilidade.....	372	6.3. Composição do Tribunal do Júri.....	429
4.2.1. Aspectos gerais: infrações de menor potencial ofensivo e juizados especiais criminais.....	372	6.4. Providências prévias à abertura da sessão de julgamento.....	430
4.2.2. Hipótese especial de aplicação do procedimento sumaríssimo: Lei nº 10.741/2003.....	374	6.5. Instalação da sessão de julgamento.....	434
4.3. Fase preliminar.....	375	6.6. Instrução em plenário.....	438
4.3.1. Termo circunstanciado de ocorrência.....	375	6.7. Debates.....	443
4.3.2. Audiência preliminar, composição civil dos danos e transação penal.....	377	6.7.1. Aspectos gerais.....	443
4.3.3. Transação penal: natureza, aplicabilidade, oportunidade, procedimento.....	380	6.7.2. Regras do debate.....	446
4.3.4. Não oferecimento da transação pelo titular da ação penal ou recusa da proposta pelo imputado: oferecimento oral da denúncia ou da queixa e “citação”.....	392	6.8. Julgamento.....	449
4.4. Síntese da fase preliminar.....	393	6.8.1. Preliminares.....	449
4.5. Fase de instrução.....	394	6.8.2. Quesitos.....	450
<hr/>		6.8.3. Procedimento da votação.....	459
SEÇÃO II		6.8.4. Sentença do juiz presidente.....	462
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....		6.9. Ata da sessão de julgamento.....	465
<hr/>		<hr/>	
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO II	
PROCEDIMENTO DO JÚRI.....		PROCEDIMENTOS DE AÇÃO PENAL POR CRIME FUNCIONAL.....	
1. Princípios regentes da instituição do júri.....	398	1. Procedimento da ação penal por crime funcional contra a administração pública.....	466
2. Competência do Tribunal do Júri.....	401	2. Procedimento da ação penal por crime funcional imputado a prefeito ou vereador (Decreto-lei nº 201/1967).....	471
3. Fases do procedimento do júri.....	401	<hr/>	
4. Procedimento da fase do juízo de admissibilidade da acusação (<i>judicium accusationis</i>).....	402	SUBSEÇÃO III	
4.1. Etapas postulatória e instrutória.....	402	PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME CONTRA HONRA.....	
4.2. Pronúncia.....	405	<hr/>	
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos.....	405	SUBSEÇÃO IV	
4.2.2. Providências sobre prisão e liberdade na pronúncia.....	409	PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	
4.2.3. Indícios de autoria ou participação contra terceiro.....	411	1. Aplicabilidade.....	473
		2. Procedimento.....	474

2.1. Procedimento aplicável aos crimes contra a propriedade imaterial, no âmbito de ação penal privada.....	474
2.2. Procedimento para os crimes de violação de direito autoral definidos no art. 184, §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal, e demais crimes de ação penal pública.....	476

SUBSEÇÃO V

PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/1990).....	478
--	------------

1. Aplicabilidade.....	478
2. Procedimento.....	479
2.1. Fase pré-processual.....	479
2.1.1. Exigência de autorização e supervisão do tribunal competente para a ação penal.....	479
2.1.2. Procedimento da fase pré-processual: características da supervisão exercida pelo relator.....	482
2.1.3. Oferecimento da denúncia ou da queixa e resposta preliminar.....	484
2.1.4. Deliberação do colegiado sobre a admissibilidade da ação penal.....	486
2.1.5. Recebimento da denúncia e defesa prévia.....	487
2.2. Fase de instrução.....	490
2.3. Alegações finais e sessão de julgamento.....	490

SUBSEÇÃO VI

PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME PRATICADO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/2006).....	494
---	------------

SUBSEÇÃO VII

PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIMES DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006).....	496
--	------------

SUBSEÇÃO VIII

PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME QUE ENVOLVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI Nº 12.850/2013).....	498
---	------------

18. NULIDADES.....	501
---------------------------	------------

SEÇÃO I

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	501
1. Invalidez dos atos processuais.....	501
2. Inexistência jurídica, nulidade e irregularidade.....	503
2.1. Inexistência jurídica.....	503
2.2. Irregularidade.....	505
2.3. Nulidade.....	507
3. Nulidade e ilicitude.....	509
4. Nulidade absoluta.....	510
5. Nulidade relativa.....	513

SEÇÃO II

PRINCÍPIOS GERAIS.....	515
1. Princípio do prejuízo.....	515
2. Efeitos da invalidação e princípio da causalidade.....	516
3. Princípio do interesse.....	520
4. Princípio da convalidação.....	523
4.1. Sentido e alcance.....	523
4.2. Hipótese especial de convalidação de nulidade absoluta.....	524

19. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	527
--	------------

SEÇÃO I

TEORIA GERAL DOS RECURSOS E DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	527
1. Conceito e fundamentos.....	527
1.1. Fundamentos.....	527
1.2. Meio voluntário de impugnação de decisão judicial.....	528
1.3. Interposição antes da preclusão ou da coisa julgada.....	529
1.4. Continuidade de relação jurídica preexistente.....	530
2. A voluntariedade como característica essencial dos recursos e suas atenuações.....	532
2.1. Necessidade do duplo grau de jurisdição (artigos 574 e 746, CPP).....	532
2.2. Extensão dos efeitos de decisão proferida no recurso de corrêu (art. 580, CPP).....	533
2.3. Princípio do favor rei ou favor libertatis.....	534
2.4. Mitigação do ônus recursal pelo cabimento de ação autônoma de impugnação.....	534
3. Classificação.....	534
3.1. Extensão.....	534
3.2. Fundamentos: fundamentação livre e fundamentação vinculada.....	535
3.3. Recursos ordinários e recursos extraordinários.....	536
4. Princípios.....	537
4.1. Duplo grau de jurisdição.....	537
4.2. Taxatividade.....	538
4.3. Unirrecorribilidade.....	539
4.4. Variabilidade e preclusão consumativa.....	540
4.5. Complementaridade.....	542
4.6. Fungibilidade.....	542
4.7. Dialecticidade.....	545
4.8. Oportunidade e disponibilidade.....	548
4.9. Personalidade e proibição da <i>reformatio in pejus</i>	552

4.9.1. Personalidade e vedação da <i>reformatio in pejus</i> direta.....	552	8.2. Procedimento sumário.....	593
4.9.2. Vedação da <i>reformatio in pejus</i> indireta, inclusive no âmbito do Tribunal do Júri.....	554	9. Efeitos.....	593
5. Efeitos dos recursos.....	557	9.1. Efeito devolutivo.....	593
6. Pressupostos e condições de admissibilidade.....	559	9.1.1. Devolutividade quanto à extensão.....	593
7. Decisões sujeitas a recurso.....	560	9.1.2. Devolutividade quanto à profundidade.....	595
<hr/>		9.2. Efeito suspensivo.....	597
SEÇÃO II		9.2.1. Efeito suspensivo da apelação no regime geral.....	597
RECURSOS EM ESPÉCIE.....		9.2.2. Efeito suspensivo da apelação contra a sentença do Tribunal do Júri.....	598
<hr/>		<hr/>	
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO II	
APELAÇÃO.....		RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	
1. Conceito e cabimento geral.....	562	1. Conceito.....	601
2. Cabimento da apelação contra as decisões do júri.....	564	2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	602
2.1. Nulidade posterior à pronúncia (art. 593, III, a, CPP).....	565	2.1. Cabimento.....	602
2.2. Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou ao veredicto dos jurados (art. 593, III, b, CPP).....	566	2.1.1. Decisão de rejeição liminar da denúncia ou da queixa (art. 581, I, CPP).....	603
2.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena (art. 593, III, c, CPP).....	567	2.1.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP).....	605
2.4. Manifesta contrariedade à prova dos autos (art. 593, III, d, CPP).....	568	2.1.3. Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP).....	606
2.4.1. O sentido e o alcance da hipótese de manifesta contrariedade à prova dos autos.....	568	2.1.4. Decisão de pronúncia (art. 581, IV, CPP).....	607
2.4.2. Julgamento por clemência e manifesta contrariedade à prova dos autos.....	570	2.1.5. Decisão sobre fiança (art. 581, V, 1ª parte, e VII, CPP).....	608
2.4.3. Efeitos do reconhecimento da manifesta contrariedade do veredicto à prova dos autos: cassação e submissão do acusado a novo julgamento, sem a possibilidade de nova revisão (art. 593, § 3º, CPP).....	574	2.1.6. Decisão sobre prisão preventiva, liberdade provisória sem fiança e relaxamento de prisão em flagrante (art. 581, V, parte final, CPP).....	610
2.5. A <i>reformatio in pejus</i> indireta no âmbito do recurso interposto contra a decisão do júri.....	575	2.1.7. Decisão de extinção da punibilidade e decisão de indeferimento de pleito de extinção da punibilidade (art. 581, VIII e IX, CPP).....	611
3. Legitimidade para apelar.....	576	2.1.8. Decisão concessiva ou denegatória de habeas corpus (art. 581, X, CPP).....	615
3.1. Legitimidade recursal plena das partes.....	576	2.1.9. Decisão declaratória de nulidade (art. 581, XIII, CPP).....	616
3.2. Legitimidade recursal supletiva do ofendido.....	577	2.1.10. Decisão que incluir jurado na lista própria ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP).....	618
3.3. Legitimidade recursal autônoma do defensor técnico.....	578	2.1.11. Decisão que nega seguimento a recurso de apelação (art. 581, XV, CPP).....	619
3.4. Legitimidade recursal do Ministério Público no âmbito da ação penal de iniciativa privada.....	579	2.1.12. Decisão de suspensão do processo por questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP).....	621
3.5. “Legitimidade recursal do curador”.....	579	2.1.13. Decisão de suspensão condicional do processo (art. 89, Lei nº 9.099/1995) e decisão de suspensão do processo e do prazo prescricional na hipótese do art. 366 do CPP.....	622
4. Interesse de apelar.....	580	2.1.14. Decisão do incidente de falsidade (art. 581, XVIII, CPP).....	622
5. Pressupostos de admissibilidade: regularidade formal e tempestividade.....	583	2.1.15. Cabimento limitado do recurso em sentido estrito na hipótese do art. 581, XI, CPP – decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão da pena. Cabimento do recurso	
6. Procedimento quanto à interposição e ao oferecimento de razões.....	585		
7. Competência.....	590		
8. Procedimento no tribunal.....	590		
8.1. Procedimento ordinário.....	590		

em sentido estrito contra a decisão relativa à suspensão condicional do processo.....	623	2.4. Legitimidade e interesse	657
2.1.16. Hipóteses tacitamente revogadas pelo art. 197 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): Art. 581, XI (parcialmente), XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, CPP. Cabimento atual do recurso de agravo na execução	625	2.5. Pressupostos recursais: regularidade formal e tempestividade	657
2.1.17. Hipótese revogada pela Lei nº 9.268/1996: “decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples” (art. 581, XXIV, CPP).....	626	2.6. Competência.....	657
2.1.18. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (art. 581, XXV, CPP).....	627	2.7. Procedimento.....	657
2.2. Legitimidade e interesse	627	2.8. Efeitos.....	658
2.2.1. Legitimidade.....	627	3. Embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal.....	659
2.2.2. Interesse	628	<hr/>	
2.3. Pressupostos de admissibilidade.....	629	SUBSEÇÃO VI	
3. Efeito suspensivo.....	629	AGRAVO REGIMENTAL.....	663
4. Competência	631	<hr/>	
5. Procedimento.....	632	SUBSEÇÃO VII	
<hr/>		RECURSO EXTRAORDINÁRIO, RECURSO ESPECIAL E EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	663
SUBSEÇÃO III		1. Considerações iniciais.....	663
CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	636	2. Recurso Extraordinário.....	664
<hr/>		2.1. Conceito e regime jurídico.....	664
SUBSEÇÃO IV		2.2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	665
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	637	2.2.1. Cabimento.....	665
1. Conceito.....	637	2.2.2. A repercussão geral.....	667
2. Cabimento.....	637	2.2.3. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento.....	668
2.1. Decisões embargáveis	637	2.2.4. Legitimidade.....	669
2.2. Hipóteses de cabimento: vícios intrínsecos do julgado.....	640	2.2.5. Regularidade formal e procedimento.....	669
2.3. Embargos de declaração para fins de prequestionamento.....	643	2.3. Efeitos.....	674
3. Legitimidade e interesse.....	647	3. Recurso Especial.....	675
3.1. Legitimidade.....	647	3.1. Conceito e regime jurídico.....	675
3.2. Interesse	647	3.2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	675
4. Competência	648	3.2.1. Cabimento.....	675
5. Procedimento.....	648	3.2.2. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento.....	679
6. Efeitos da oposição dos embargos.....	649	3.2.3. Legitimidade.....	679
7. Efeitos da decisão proferida nos embargos.....	650	3.2.4. Regularidade formal e procedimento.....	680
<hr/>		3.3. Efeitos	682
SUBSEÇÃO V		4. Embargos de Divergência.....	682
EMBARGOS INFRINGENTES.....	651	<hr/>	
1. Conceito.....	651	SEÇÃO III	
2. Embargos infringentes em tribunal de segunda instância (art. 609, parágrafo único, CPP)	652	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	684
2.1. Cabimento.....	652	<hr/>	
2.2. Embargos infringentes contra a parte não unânime do acórdão: recurso especial e/ou extraordinário imediato contra a parte unânime?	654	SUBSEÇÃO I	
2.3. Não interrupção de prazo na hipótese de recurso inadmissível.....	656	HABEAS CORPUS.....	684
		1. Conceito e previsão constitucional.....	684
		2. Natureza jurídica	684
		3. Espécies.....	685
		3.1. Habeas corpus para impugnação direta de medida de constrição pessoal.....	686
		3.1.1. Liberatório.....	686
		3.1.2. Preventivo.....	686
		3.2. Habeas corpus para impugnação de procedimento ou de ação penal.....	688

4. Condições da ação de habeas corpus.....	689	SUBSEÇÃO II	
4.1. Cabimento.....	689	MANDADO DE SEGURANÇA	745
4.1.1. Vertente negativa.....	689	1. Considerações iniciais.....	745
4.1.2. Vertente positiva: a liberdade como objeto de proteção no habeas corpus.....	690	2. Natureza jurídica e cabimento geral do mandado de segurança.....	746
4.1.3. Hipóteses de constrangimento ilegal (art. 648, CPP).....	695	3. Cabimento do mandado de segurança contra decisão judicial.....	747
4.2. Interesse de agir.....	703	3.1. Mandado de segurança contra ato jurisdicional irrecorrível.....	748
4.3. Legitimidade.....	705	3.2. Mandado de segurança contra ato judicial sujeito a recurso sem efeito suspensivo.....	750
4.3.1. Legitimidade ativa.....	705	4. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	755
4.3.2. Legitimidade passiva.....	707	4.1. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, II, b, CF).....	755
5. Relação jurídica do habeas corpus e intervenção de terceiros.....	709	4.2. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, II, a, CF).....	756
6. Pressupostos processuais.....	711	SUBSEÇÃO III	
7. Competência.....	712	REVISÃO CRIMINAL	757
8. Procedimento (características).....	716	1. Coisa julgada e rescisão da sentença.....	757
9. Medida liminar.....	717	1.1. Justiça e segurança.....	757
9.1. Cabimento.....	717	1.2. Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	759
9.2. Impugnação da decisão de indeferimento do pleito de medida liminar.....	719	1.3. Coisa julgada pro <i>et contra</i> , coisa julgada <i>secundum eventum Litis</i> e coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	760
10. Indeferimento liminar do habeas corpus pelo relator e sua impugnação.....	721	1.4. Desconstituição da coisa julgada.....	760
11. Concessão ou denegação da ordem em decisão monocrática do relator.....	723	1.5. Proibição da revisão criminal pro societate.....	761
12. Procedimento (rito).....	725	2. Natureza jurídica.....	762
13. Decisão concessiva de habeas corpus e coisa julgada.....	728	3. Juízo rescindente e juízo rescisório.....	762
13.1. Habeas corpus liberatório e habeas corpus preventivo.....	728	4. Condições e pressupostos de admissibilidade da ação revisional.....	762
13.2. Coisa julgada da decisão concessiva de <i>habeas corpus</i> destinado ao trancamento ou à anulação do processo penal.....	730	4.1. Legitimidade.....	763
13.3. Habeas corpus de ofício (Ex officio).....	731	4.1.1. Legitimidade e capacidade postulatória.....	763
13.4. Extensão dos efeitos da decisão proferida no habeas corpus.....	731	4.1.2. Legitimidade do Ministério Público?.....	764
14. Decisão denegatória de habeas corpus.....	732	4.2. Interesse de agir.....	765
15. Prejudicialidade do habeas corpus.....	732	4.3. Cabimento.....	766
16. Recurso ordinário em habeas corpus.....	732	4.3.1. Revisão de sentença condenatória ou absolutória imprópria.....	766
16.1. Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, II, a, CF).....	734	4.3.2. Revisão do veredicto do Tribunal do Júri.....	767
16.2. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, II, a, CF).....	736	4.4. Hipóteses de cabimento.....	769
17. <i>Habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário.....	739	4.4.1. Contrariedade a texto expresso de lei ou à evidência dos autos (art. 621, I, CPP).....	769
18. Habeas corpus “substitutivo” de recurso especial?.....	742	4.4.2. Prova falsa como fundamento da sentença rescindenda (art. 621, II, CPP).....	773
19. Habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal.....	744	4.4.3. Superveniência de prova em favor do condenado (art. 621, III, CPP).....	774

4.5. Desnecessidade de recolhimento à prisão.....	777	8. Indenização por erro judiciário	
5. Competência.....	777	(art. 630, CPP).....	783
6. Procedimento e decisão.....	779		
7. Ônus da prova.....	782	REFERÊNCIAS	785